

## ENTRE A LUTA E A LOUSA: EFEITOS DA GREVE NA ALFABETIZAÇÃO E NA FORMAÇÃO DOCENTE

ASSUNÇÃO, Susan Bacelar <sup>1</sup>  
CORREIA, Camila d'Afonseca <sup>2</sup>  
GLÓRIA, Maira Santana <sup>3</sup>  
SANTOS, Juliane Silva dos <sup>4</sup>  
ZEN, Giovana Cristina <sup>5</sup>

**Resumo:** Este estudo relata a experiência de discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia que participaram do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em Alfabetização da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2025. Nesse período, realizamos estudos sobre alfabetização, a partir da perspectiva psicogenética construtivista, reuniões e acompanhamento pedagógico de estudantes do 1º ano do ensino fundamental da rede pública. O PIBID possibilitou a inserção das licenciandas no cotidiano escolar, ampliando a compreensão sobre os desafios e as potencialidades da prática pedagógica. As atividades desenvolvidas envolveram observação participante, elaboração e aplicação de atividades diversas e acompanhamento individualizado. Nessa experiência, vivenciou-se um período de greve dos professores da rede municipal. O movimento representou a materialização de um conjunto de reivindicações que há anos atravessa o cotidiano da educação pública. O ato coletivo realizou denúncias sobre o descumprimento do piso salarial, precariedades estruturais na escola, necessidade de melhorias na alimentação escolar, carência de materiais pedagógicos e ausência de assistência adequada às crianças. Assim, a greve configurou-se como um ato de luta coletiva pela valorização profissional e pela garantia de uma educação pública de qualidade. Essa interrupção das aulas possibilitou refletir sobre a fragilidade do processo de alfabetização quando há rupturas prolongadas na rotina escolar, especialmente em turmas compostas por crianças que se encontram em fase inicial de apropriação do sistema de escrita. Observações realizadas evidenciaram impactos significativos, como a perda de continuidade nas atividades pedagógicas e a necessidade de retomar rotinas e conteúdos já trabalhados para garantir avanços consistentes. Ao mesmo tempo, a experiência reforçou a importância da valorização do educador para a garantia do direito à educação de qualidade. Este trabalho, portanto, não apenas relata uma vivência formativa, mas também contribui para o debate sobre as políticas educacionais e as condições de trabalho docente, através da práxis pedagógica.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Greve, Formação Docente.

1 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, [susan.bacelar@gmail.com](mailto:susan.bacelar@gmail.com);

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, [camiladafonseca2003@gmail.com](mailto:camiladafonseca2003@gmail.com);

3 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, [maaira.s.gloria@gmail.com](mailto:maaira.s.gloria@gmail.com);

4 Professora da Rede Municipal de Salvador, Coformadora PIBID Alfabetização, [professorajuli.silva@gmail.com](mailto:professorajuli.silva@gmail.com);

5 Doutora pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal - BA, [Giovanacristinazen@gmail.com](mailto:Giovanacristinazen@gmail.com)





## **Introdução**

O estágio em alfabetização é reconhecido como momento central na formação inicial docente, por permitir a articulação entre teoria e prática em um contexto real de ensino. Todavia, quando esse percurso é atravessado por fatores estruturais, como a deflagração de uma greve docente, as expectativas formativas são reorganizadas, exigindo reinterpretação do próprio papel das futuras professoras.

A experiência aqui apresentada insere-se no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - subprojeto Alfabetização, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no qual licenciandas em Pedagogia participavam de atividades semanais em uma turma de alfabetização na Escola Municipal Vila Vicentina, em Salvador - BA, acompanhando e intervindo com base nos pressupostos da psicogênese da língua escrita.

As ações iniciais concentravam-se em práticas de observação e planejamento de atividades que consideravam as hipóteses de escrita das crianças, em consonância com a perspectiva de Emília Ferreiro, que compreende a alfabetização como processo construtivo e não mecânico. Entretanto, com o início da greve municipal em 2025, as atividades presenciais foram suspensas por 74 dias. A interrupção, em vez de ser compreendida como paralisação absoluta, tornou-se objeto de reflexão formativa. As reuniões com a orientadora acadêmica foram mantidas de forma mista (remota e presencial), constituindo-se em espaço de estudo e reorganização pedagógica. Ao retornar à escola, constatou-se que o processo de alfabetização havia sido impactado não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos vínculos sociais e emocionais, demandando intervenções que ultrapassassem a dimensão didática.

Assim, este relato tem por objetivo analisar como a greve afetou simultaneamente a aprendizagem das crianças e a formação docente das licenciandas, destacando como a experiência possibilitou compreender a alfabetização em sua complexidade - enquanto prática cognitiva, afetiva e política.

## **Metodologia**





A experiência foi desenvolvida na Escola Municipal Vila Vicentina, localizada em Salvador (BA), com uma turma de 1º ano do ensino fundamental, composta por 23 estudantes com idades entre 6 e 7 anos. O projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ao longo do ano de 2025, tendo como objetivo formar futuros docentes alfabetizadores capazes de compreender os aspectos teóricos e culturais envolvidos no processo de aprendizagem da língua escrita, à luz dos pressupostos da psicogênese da língua escrita.

Inicialmente, o acompanhamento das crianças deu-se por meio de observações sistemáticas e registros escritos, seguidos da realização de sequências didáticas para identificação e intervenção das hipóteses de escrita predominantes. A partir dessas análises, foram planejadas intervenções individuais e coletivas, buscando favorecer a evolução dos níveis conceituais de compreensão do sistema alfabético.

Durante o período de greve docente municipal, que resultou na suspensão das atividades escolares por 74 dias, as discussões pedagógicas foram mantidas com a orientadora acadêmica por meio de encontros remotos e presenciais. Nessas ocasiões, revisitaram-se registros de campo, discutiram-se estratégias para o retorno e refletiu-se sobre os impactos pedagógicos da paralisação.

## **Referencial Teórico**

A análise desta experiência fundamenta-se em um conjunto de autores que compreendem a alfabetização e a formação docente como processos simultaneamente cognitivos e sociais. A principal base teórica utilizada para a compreensão das práticas de leitura e escrita das crianças foi a perspectiva da psicogênese da língua escrita, formulada por Emília Ferreiro, segundo a qual a aprendizagem da escrita é um processo construtivo no qual o erro é entendido como hipótese e parte do desenvolvimento e não como falha. Essa abordagem possibilitou compreender os registros infantis não como respostas certas ou erradas, mas como indícios de níveis de conceitualização sobre o sistema de escrita.

Tal concepção rompe com práticas tradicionais de alfabetização que se baseiam na memorização e na repetição, permitindo a construção de intervenções que partem da análise





das produções das crianças, reorganizando estratégias conforme as hipóteses de escrita predominantes - pré-fonetizantes, silábicas iniciais, silábicas, silábicas-alfabéticas e alfabéticas. Essa referência orientou tanto a observação inicial quanto a reorganização das atividades após o retorno da greve.

No que se refere à formação docente, recorre-se às contribuições de Paulo Freire, que compreende o trabalho educativo como prática ética e dialógica, exigindo leitura crítica das condições históricas que permeiam a escola. A greve, nesse sentido, não é apenas evento administrativo, mas expressão das contradições estruturais que permeiam o trabalho docente. Assim, vivenciar a paralisação significou também confrontar o papel político das discentes em formação.

Através da obra *Política E Educação*, (FREIRE, ( 2001), é possível compreender a cidade como educadora e educanda, ou seja, um espaço vivo de aprendizagem, onde as decisões políticas — especialmente as que envolvem os serviços públicos — revelam o compromisso ético e social de seus governantes. Quando o autor afirma que “muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exerçamos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política”, ele destaca que a educação é inseparável da política e que toda ação pública tem um caráter pedagógico: ensina, explicita valores e molda consciências.

Nesse sentido, a greve da rede municipal de ensino pode ser entendida como um momento educativo e político. Ao reivindicarem melhores condições de trabalho, valorização profissional e investimento na educação pública, os educadores estão ensinando à própria cidade sobre democracia, participação e direitos sociais.

As reflexões de Bell Hooks, ao enfatizar o ensino como prática relacional, oferecem suporte para compreender que o processo educativo se efetiva na interação sensível entre sujeitos, e não apenas na transmissão de conteúdos. Tal compreensão mostrou-se imprescindível no retorno pós-greve, quando as crianças apresentaram dificuldades de convivência e atenção, exigindo intervenções que priorizassem vínculos, antes da retomada de atividades didáticas.

A vivência no contexto da rede municipal em período de greve revelou-se também como um elemento formativo relevante no processo de construção docente. Tal cenário





evidenciou que a escola não se restringe ao âmbito pedagógico, mas configura-se como espaço atravessado por questões políticas, estruturais e trabalhistas que impactam diretamente o exercício da profissão. A experiência de acompanhar as paralisações possibilitou compreender as condições reais em que se desenvolve o trabalho docente, bem como os desafios enfrentados cotidianamente pelos profissionais da educação na luta por valorização e melhores condições institucionais. Desse modo, situações como essa, ainda que inicialmente percebidas como impeditivas à prática, assumem caráter formativo ao proporcionar uma visão ampliada da realidade educacional e do papel social do professor.

Essa compreensão dialoga com a análise histórica de Silva (2017), que, ao investigar o professorado municipal de Salvador entre 1912 e 1918, evidencia como a municipalização do ensino primário, instituída na Primeira República, transferiu aos municípios a responsabilidade pela manutenção das escolas sem garantir os recursos necessários para seu funcionamento, inaugurando uma relação marcada por precariedade e instabilidade. O autor demonstra que as reivindicações do professorado naquele período - melhores salários, condições dignas de trabalho e regularidade no pagamento - guardam notável semelhança com as pautas defendidas pelos docentes da rede municipal em 2025. Essa permanência histórica revela que as tensões que atravessam o magistério público não são episódicas, mas estruturais, vinculadas ao modo como a educação básica foi organizada no país desde suas origens republicanas.

O artigo 37 da Constituição brasileira informa que os servidores públicos possuem o direito de realizar greve, mas que esta deve ocorrer somente nos termos e nos limites definidos em lei específica. Esse artigo, em certos momentos, inviabiliza o direito à greve dos servidores, mesmo que eles estejam lutando por um bem comum. Ao invés do diálogo em prol da resolução dos problemas apontados pelo coletivo de professores, o Judiciário promoveu multas para o sindicato, assim como corte ao salário dos professores para que houvesse o retorno das aulas. DAMIA( 2008, p. 3) questiona “ um direito que não pode ser exercido pode ser considerado um direito?” Como pode a greve ser uma atividade legalizada se os integrantes sofrem penalização quando praticada? A greve dos professores não trouxe os resultados esperados por eles, gerando para alguns o sentimento de impotência.





A escola configura-se como o principal espaço de aprendizagem da docência, pois é nela que o futuro professor vivencia situações reais e desenvolve sua capacidade de lidar com diferentes contextos educativos, aprendendo continuamente com as experiências práticas e com a interação entre teoria e prática (BOTELHO, 2018).

Desse modo, mais do que retomar rotinas ou cumprir conteúdos previstos, fez-se necessário garantir que as crianças pudessem se reconhecer como produtoras de linguagem, reafirmando sua autonomia intelectual. Ao propor atividades que envolviam relatos orais, produções escritas livres, desenhos acompanhados de legendas e reescritas coletivas, buscou-se criar condições para que a escrita emergisse como experiência significativa e não como mera obrigação escolar. Em consonância com a perspectiva apresentada por Zen (2023), permitir que a criança manipule a escrita é reconhecer que ela pensa, questiona, interpreta e reelabora o mundo à sua volta. Assim, cada registro, por mais simples que parecesse, representava não apenas um exercício linguístico, mas um gesto de reconstrução simbólica após a ruptura ocasionada pela paralisação.

## **Resultados e Discussão**

O retorno às atividades presenciais evidenciou que os impactos da greve não se restringem ao aspecto cognitivo, mas se manifestaram de modo mais acentuado nas dimensões comportamental e relacional das crianças. Observou-se dificuldade de concentração, aumento de conflitos interpessoais e resistência à retomada da rotina escolar. A interrupção prolongada havia fragilizado vínculos e desestabilizado o ritmo coletivo de aprendizagem.

Diante desse cenário, tornou-se necessário reorganizar as intervenções pedagógicas, considerando que a retomada não poderia seguir o planejamento anterior à greve. A aplicação direta de atividades voltadas às hipóteses de escrita mostrou-se insuficiente diante da necessidade de reconstrução do ambiente relacional. Foi preciso re-introduzir gradualmente práticas coletivas como rodas de conversa, brincadeiras e leitura compartilhada, com vistas à restauração do clima de convivência e cooperação.







Somente após a reestruturação das relações foi possível retomar a análise das produções escritas. Nesse momento, identificou-se manutenção dos níveis de escrita anteriores à greve em algumas crianças e regressão em outras, o que exigiu novas avaliações diagnósticas. As intervenções docentes que levam em consideração os contextos reflexivos e a psicogênese da língua escrita, mostrou-se fundamental para essa reorganização, pois oferece instrumentos para compreender que eventuais retrocessos não deveriam ser interpretados como fracasso definitivo, mas como oscilações previsíveis em contextos de ruptura prolongada.

A experiência permitiu compreender que, em situações de instabilidade, alfabetizar exige planejamento que integre não apenas intervenções voltadas às estruturas do sistema de escrita, mas também estratégias de recomposição subjetiva e social. Assim, a formação docente vivenciada nesse processo evidenciou que o ensino não se sustenta apenas em procedimentos metodológicos, mas na capacidade de analisar a realidade e reorganizar práticas conforme as condições concretas apresentadas.

### **Considerações Finais**

A experiência relatada evidenciou que a formação docente, quando atravessada por situações reais de instabilidade, como uma greve prolongada, tende a revelar com maior nitidez as dimensões estruturais que compõem o trabalho educativo. Se inicialmente o estágio em alfabetização estava centrado na análise das hipóteses de escrita a partir da perspectiva da psicogênese da língua escrita, a vivência demonstrou que tal enfoque, embora essencial para o planejamento pedagógico, precisa ser articulado à leitura das condições concretas em que ocorre a aprendizagem.

A retomada das atividades após a paralisação mostrou que a continuidade do processo de alfabetização dependia, antes de tudo, da reorganização dos vínculos afetivos e da recomposição do ambiente relacional. Essa constatação reforça a necessidade de se compreender a alfabetização como prática que articula dimensão cognitiva, subjetiva e social, não sendo possível tratá-la como processo exclusivamente técnico.





Do ponto de vista da formação docente, a experiência contribuiu para superar uma visão idealizada da prática pedagógica, frequentemente apresentada nos materiais formativos de maneira linear e previsível. A vivência em contexto de greve exigiu elaboração constante, tomada de decisão coletiva e reformulação de planejamentos, reforçando a compreensão de que a docência pressupõe capacidade de análise crítica, flexibilidade metodológica e compromisso com a realidade educacional em que se atua.

Conclui-se que a greve, ao invés de representar interrupção formativa, constituiu-se como componente pedagógico central na construção de uma identidade docente mais consciente e situada. Aprender a alfabetizar em contexto de instabilidade permitiu compreender que ensinar, em escolas públicas brasileiras, implica lidar com fatores pedagógicos e políticos simultaneamente. Assim, o programa de iniciação à docência assumiu caráter formativo ampliado, possibilitando o desenvolvimento não apenas de competências técnicas, mas também de compreensão estrutural do fazer docente.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, Thaís Aquino Sigarini. *Formação Docente: importância do estágio na relação teoria e prática e na construção da identidade*.

DAMIA, Fábria Lima de Brito. *O direito de greve dos servidores públicos*. ed. OAB, 2008.

FERREIRO, Emilia. *Psicogênese da Língua Escrita*.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HOOKS, Bell. *Ensinando a Transgredir: Educação como Prática da Liberdade*.

MOREIRA DA SILVA, Fabiano. *Professorado Municipal e Greve em Salvador (1912-1918)*. Dissertação de Mestrado.

ZEN, Giovana Cristina. *Intervenção docente: por um ensino contextualizado e reflexivo*.

